

Comissão inicia amanhã votação do relatório final do Orçamento

Substitutivo apresentado pelo relator corrige a previsão de receitas da União em 3,29% e eleva os investimentos federais para R\$ 11,6 bilhões. CMO pretende encerrar os trabalhos ainda nesta semana

Vai à Câmara projeto de livro gratuito para o ensino médio

Proposta do senador Geraldo Cândido foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Educação.

PÁGINA 4

VERBAS PARA INVESTIMENTOS

Como as principais áreas do Orçamento 2000 foram contempladas, segundo a proposta do relator

	Saúde	R\$ 1,37 bilhão
	Educação	R\$ 464 milhões
	Habitação	R\$ 422 milhões
	Transportes	R\$ 3,61 bilhões
	Agricultura	R\$ 741 milhões

O presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Gilberto Mestrinho, convocou reuniões para amanhã, quarta e quinta-feira, visando à votação ainda nesta semana do relatório final da proposta orçamentária da União. Apresentado pelo deputado Carlos Melles, o relatório corrige a previsão de receitas da União em 3,29% e aumenta os investimentos federais para R\$ 11,6 bilhões.

PÁGINA 5



O presidente da Bolívia, Hugo Banzer, visitou ontem o Senado Federal (foto). Foi recebido pelo primeiro vice-presidente, senador Geraldo Melo, e cumprimentado por diversos outros senadores. Durante o encontro, falou de democracia, do combate ao narcotráfico e da confiança em uma parceria crescente com o Brasil.

PÁGINA 3



Relator de três projetos, Quintanilha apóia rótulo, mas não moratória para transgênicos

Quintanilha vai rejeitar moratória para transgênicos

PÁGINA 7

CAE OUVI MINISTRO DO PLANEJAMENTO SOBRE RESPONSABILIDADE FISCAL

O MINISTRO DO PLANEJAMENTO, MARTUS TAVARES, E O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, AMAURY BIER, PARTICIPAM AMANHÃ DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS. ESTARÁ EM DEBATE O PROJETO DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

PÁGINA 2

Ministro fala na CAE sobre responsabilidade fiscal

Martus Tavares, do Planejamento, e Amaury Bier, secretário-executivo da Fazenda, participam amanhã de audiência pública na comissão

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, participam amanhã de uma audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para debater o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal. A aprovação da proposta vem sendo apontada por integrantes da equipe econômica do governo como necessária ao processo de ajuste das contas públicas.

Esta será a terceira audiência pública convocada pelo presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), para discutir o tema. Antes de Tavares e Bier, já participaram dos debates o governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, e o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski. O relator do projeto, senador Jefferson Péres (PDT-AM), deverá concluir seu parecer até o final do mês.

Os 75 artigos do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovado

pela Câmara durante o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, estabelecem normas de austeridade a serem seguidas por prefeitos, governadores e pelo presidente da República. Entre elas, a proibição, em anos eleitorais, da contratação de operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), que acabam prejudicando as

receitas do futuro governante, e a proibição da concessão de reajustes salariais ao funcionalismo seis meses antes do fim do mandato. O projeto tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

A CAE também promove amanhã reunião, a partir das 17h, para apreciar, em votação secreta, a indicação de Teresa Cristina Grossi Togni para o car-



Ney Suassuna: terceira audiência pública para discutir responsabilidade fiscal

go de diretora de Fiscalização do Banco Central. A indicação foi motivo de debates no Plenário durante a semana passada.

Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) recordaram que a indicação responde a dois processos judiciais, movidos por procuradores do Ministério Público Federal, em ação de improbidade administrativa devido à operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam. O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), defendeu a indicação argumentando que nada foi comprovado contra Teresa Grossi.

Na quarta-feira, será a vez de o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, ser ouvido pela CAE. Ele prestará esclarecimentos sobre o contrato de refinanciamento da dívida pública celebrado entre a União e o município.

CCJ discute regras para a demissão de servidor público

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará na próxima quarta-feira, às 10h, parecer do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), pela rejeição das 22 emendas apresentadas em Plenário ao projeto de iniciativa do Executivo que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável. A matéria foi uma das escolhidas pelo presidente da República para ser apreciada pelo Congresso na convocação extraordinária.

O projeto estabelece que o servidor público estável poderá perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, sendo-lhe assegurada ampla defesa. Por tratar-se de



Romero Jucá: relator opinou pela rejeição das 22 emendas

uma lei federal, ela é aplicável aos funcionários estáveis da administração pública direta, autárquica e fundacional da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Também faz parte da pauta de sete itens da CCJ projeto de iniciativa do deputado federal Jair Meneguelli (PT-SP) que regulamenta a produção de cloro. O parecer do relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO), é pela aprovação da matéria. A CCJ examinará, ainda, projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que altera a legislação permitindo dispensa de exame de saúde para determinadas categorias profissionais. A matéria tem como relatora a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), que apresenta parecer pela sua aprovação.

Comissão debate MP que cria substituto para o crédito educativo

A comissão mista que examina a medida provisória que institui o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) realiza audiência pública amanhã, às 15h, com o objetivo de discutir as regras para a concessão de empréstimos destinados ao custeio do ensino superior. Participam da reunião o secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira; o secretário-executivo do Ministério da Educação, Luciano Patrício; o diretor do Fies, Antônio Pesaro, e representantes da Presidência e do Ministério da Previdência.

O Fies foi criado para substituir o antigo Crédito Educativo e poderá atender a cerca de 500 mil estudantes, conforme previsão do relator da MP, deputado Osvaldo Biolchi (PMDB-RS).



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2000

Brasil 500



PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 164/99, que aprova os atos que renovam as concessões outorgadas à Fundação Metropolitana Paulista para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média e onda curta na cidade de São Paulo (SP); PDL nº 297/99, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional de Ponta Grossa para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Ponta Grossa (PR); PR nº 13/2000, que autoriza a União a realizar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Débitos da República de Cabo Verde com o Brasil, no valor de US\$ 7,2 milhões, oriundos de financiamentos do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), cujos créditos passaram a integrar, por força da Lei nº 8.187/91, o Programa de Financiamento às Exportações (Proex); Requerimento nº 98/2000, do senador Sebastião Rocha, solicitando a retirada do PLS nº 41/2000, de sua autoria; e Requerimento nº 101/2000, do senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 65/99 com o PLS nº 536/99, por regularem a mesma matéria.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 228/99, que outorga permissão à Universidade de Taubaté para rádio FM em Taubaté (SP); PDL nº 230/99, que outorga permissão à Rádio Capital do Vale FM em Caçapava (SP); PLS nº 464/99, dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 91/97, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios; Parecer nº 143/2000, sobre a Mensagem nº 73/2000, que submete a escolha do nome de Solange Beatriz Palheiro Mendes de Almeida para a função de diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar, com mandato de quatro anos; e Parecer nº 144/2000, sobre a Mensagem nº 74/2000, que submete a escolha de Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Júnior para a função de diretor da Agência Nacional de Saúde Complementar, com mandato de três anos.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 53/99, que renova a permissão outorgada à Rádio Emissora Botucaraí FM Ltda. em Cachoeira do Sul (RS); PDL nº 89/99, que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Ternura FM Ltda. em Ibitinga (SP); e PDL nº 100/99, que renova a concessão da Sociedade Rádio Ibiara OM de Araxá (MG).

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação

Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

15h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 1.972-11, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante no Ensino Superior. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

17h — Comissão de Assuntos Econômicos

Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

17h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Plenário nº 02 do Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II)

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apreciação do Relatório Final. Plenário nº 02 do Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II)

Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Sociais

Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

Quinta-feira

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Plenário nº 02 do Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II)

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CE analisa transmissão das sessões plenárias pelas TVs por assinatura

Projeto de lei que obriga todas as prestadoras de serviço de televisão por assinatura a reservarem canais para a transmissão da TV Câmara e da TV Senado será apreciado pela Comissão de Educação de amanhã, às 11h30. De autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), a matéria modifica a legislação atual que determina a obrigatoriedade da transmissão apenas para as prestadoras que utilizam o sistema de cabo. O senador Gerson Camata (PMDB-ES) é o relator do projeto e tem parecer favorável à aprovação.



Requião: TV permite contato diário com a população

Requião ressalta na justificativa de sua proposta a importância da transmissão ao vivo – e na íntegra – das sessões plenárias e das reuniões das comissões. “Essas transmissões vêm proporcionando um contato diário e direto dos representantes eleitos com a população”, afirma. Ele também argumenta que, “sem a inevitável edição imposta pelas grandes redes de televisão, o Legislativo poderá apresentar-se

ao povo brasileiro por inteiro, transparente, com seus defeitos e virtudes”.

Além dessa matéria, a Comissão de Educação, que é presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), examina também projeto que estabelece regras para a prática do estágio profissionalizante. Entre as novidades da proposição, de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA), está a instituição de férias para os estagiários que completarem 12 meses de trabalho e a determinação de que os estudantes receberão

ajuda financeira não inferior ao salário mínimo.

O principal objetivo da proposição, de acordo com o senador, é garantir o caráter educacional desse tipo de atividade e evitar que trabalhadores com vínculo empregatício sejam substituídos por estagiários por conta da menor remuneração recebida pelos estudantes. A matéria tem parecer favorável apresentado pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Banzer fala de democracia e defende parceria econômica

Em visita oficial ao Senado, na manhã de sexta-feira, o presidente Hugo Banzer, da Bolívia, falou de democracia, dos esforços para combater o narcotráfico e da confiança em uma parceria política e econômica crescente com o Brasil.

Recebido pelo primeiro vice-presidente da Casa, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), o presidente da Bolívia foi cumprimentado pelos senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO), Leomar Quintanilha (PPB-TO), Lúdio Coelho (PSDB-MS) e Nabor Jú-

nior (PMDB-AC).

O presidente boliviano chegou a Brasília no último dia 15 e retornou na própria sexta-feira para La Paz, depois de encontro com o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e visitas de cortesia aos poderes Judiciário e Legislativo (Câmara e Senado). O objetivo da visita foi incrementar as relações bilaterais. Banzer disse ao senador Geraldo Melo ter ficado satisfeito com os resultados de sua viagem.

CRE discute amanhã acordo de cooperação Brasil-Peru

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional reúne-se amanhã, às 17h30, sob a presidência do senador José Sarney (PMDB-AP), para apreciar o texto do acordo entre os governos do Brasil e do Peru sobre cooperação entre as academias diplomáticas dos dois países. O acordo foi celebrado em Lima, em junho de 99. O



João Alberto, relator, deu parecer favorável ao acordo

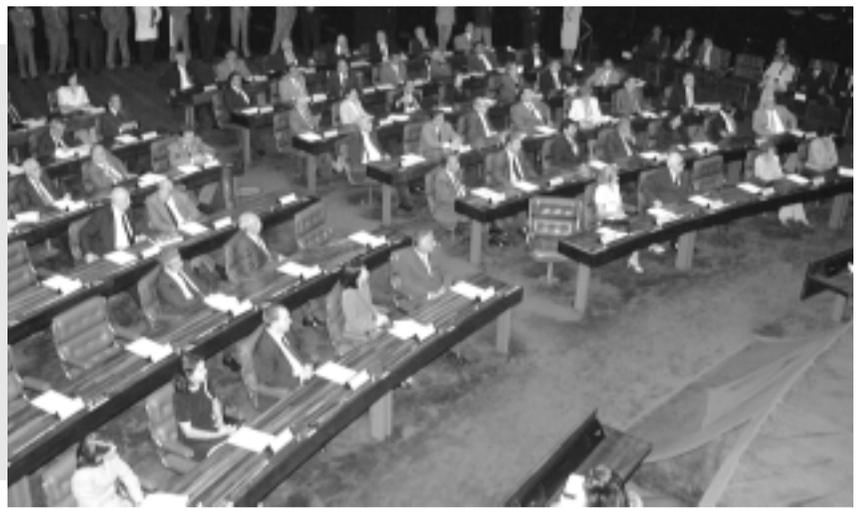
relator do projeto, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), tem parecer

favorável à aprovação da matéria.

A comissão examina, ainda, aviso do Tribunal de Contas da União que encaminha ao Senado Federal, em caráter sigiloso, cópia de decisão daquela corte, adotada em sessão extraordinária reservada, em novembro de 99. O parecer do relator, João Alberto Souza, é pelo encaminhamento da matéria

à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Na sessão plenária de amanhã, os senadores deverão votar proposta de acordo para reescalonamento da dívida da República do Cabo Verde com o Brasil



Plenário vota proposta sobre FPM na quarta-feira

Projeto do senador Osmar Dias amplia prazo para a redução dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios

Em turno único, o Senado vota na próxima quarta-feira projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que amplia de cinco para dez anos o prazo para a redução dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebidos pelas cidades que perderam população até 1997.

Ao invés da aplicação escalonada do redutor financeiro entre 1999 e 2002, à taxa acumulada de 20% ao ano, conforme a transição em vigor, o senador quer que o ajuste seja feito à taxa anual acumulada de 10%. Seu projeto dobra portanto o período de transição, para que as perdas de receitas dos municípios decorrentes da redução de suas populações até 1997 sejam amortecidas ao longo do tempo.

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Luiz Otávio (sem partido-PA), lembra que foi a Lei Complementar 91 de 1997 que introduziu a revisão anual das cotas-partes dos municípios no FPM, em função da atualiza-

ção do número de habitantes. Ele disse que foi estabelecida uma regra de transição para vigorar entre 1999 e 2002, para reduzir o impacto da medida na distribuição das receitas dos municípios.

Essa regra consiste em aplicar um redutor financeiro escalonado aos ganhos adicionais dos municípios que mantiveram seus coeficientes no FPM apesar de terem sofrido perda populacional. O que Osmar Dias deseja é ampliar o prazo da regra de transição para o período 1999-2007, reescalando o redutor financeiro para que ele seja aplicado à taxa anual acumulada de 10%. Com isso, o autor do projeto entende que se amortece a perda de receitas do FPM sofrida pelos municípios que tiveram sua população reduzida.

DÉBITO DE CABO VERDE

Já na sessão de amanhã, o Senado decide se autoriza a União a realizar operações financeiras concernentes ao Contrato de Reestruturação de Débitos da República de Cabo

Verde para com o Brasil. O valor do débito é 7,2 milhões de dólares norte-americanos, oriundos de financiamentos do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), cujos créditos passaram a integrar o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

No mesmo dia, o Plenário delibera sobre a renovação de concessões outorgadas a duas emissoras de rádio – a Fundação Metropolitana Paulista, de São Paulo (SP), e a Fundação Educacional de Ponta Grossa, situada em Ponta Grossa (PR).

Na quarta-feira, a Casa decide sobre mensagens presidenciais indicando Solange Beatriz Palheiro Mendes de Almeida e Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Júnior, para a diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Também delibera sobre atos outorgando permissão à Universidade de Taubaté (SP), e à rádio Capital do Vale, em Caçapava (SP), para explorar serviços em frequência modulada.

CAS examina projeto que reserva 3% dos empregos para portadores de deficiência

Em sua reunião de quarta-feira, às 9h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá votar o substitutivo do relator, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), ao projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que torna obrigatória a concessão de emprego a pessoas portadoras de deficiência física. Por ter decisão terminativa, se o substitutivo for aprovado voltará a ser examinado em turno suplementar na próxima reunião da comissão.

Pelo projeto de Luiz Estevão, as empresas privadas que tenham 100 ou mais empregados terão que ter entre o total de seus funcionários no mínimo 3% de pessoas portadoras de deficiên-

cia. O relator considerou que esta proposta seria mais restritiva que a legislação vigente, que já obriga o preenchimento de 2% a 5% dos cargos com beneficiários reabilitados ou portadores de deficiência. Por outro lado, ele julgou importante a sugestão do senador pelo Distrito Federal de que quem não preencher as vagas destinadas aos deficientes não poderá participar de nenhuma transação financeira em estabelecimento de crédito oficial.

Por este motivo, Antero Paes de



Luiz Estevão: 3% das vagas para os deficientes

Barros elaborou o seu substitutivo mantendo inalterada a obrigatoriedade já existente do preenchimento de 2% a 5% das vagas por reabilitados ou portadores de deficiência, e acrescentando a sugestão de Estevão.

Outra matéria incluída na pauta de dez itens da CAS é o parecer do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), favorável ao projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que institui o Dia Nacional de vacinação contra a hepatite B.



Edison Lobão quer permitir que restabelecimento seja feito em regime de bens diferente do anterior

Separados poderão restabelecer o casamento

De autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA) e já aprovado no Senado, foi enviado à Câmara projeto que permite aos separados judicialmente restabelecer a sociedade conjugal, optando por regime de bens diferente do escolhido no matrimônio. Aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, o projeto faz avançar a Lei do Divórcio, que permite aos cônjuges restabelecer a sociedade conjugal apenas nos termos em que foi constituída.

O projeto de Lobão dispõe que, seja qual for a causa da separação judicial e o modo como esta se faça, os cônjuges poderão restabelecer a qualquer tempo o casamento, contanto que o façam indicando o novo regime de bens, se diverso do anterior. Referindo-se ao que dispõe hoje a Lei do Divórcio, o senador diz que exigir que a sociedade conjugal só possa ser refeita nos termos da anterior interfere com a liberdade do casal e pode dificultar a reconciliação.

Ele também argumenta que a experiência tem demonstrado que, em muitos casos, o motivo da separação de casais resulta diretamente do regime de bens escolhido pelos cônjuges. "A lei não deve, portanto, criar dificuldades meramente formais."

ESCOLA JOÃO CALMON

Junto com o projeto de Lobão, o Senado enviou à deliberação da Câmara proposição aprovada pela Comissão de Educação que denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo, Unidade de Ensino Descentralizado situada na cidade de Colatina (ES).

Os autores da proposta, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) e senador Gerson Camata (PMDB-ES), a justificaram lembrando o empenho de João Calmon pela educação no Brasil, assim como os anos de luta para aprovar emenda constitucional vinculando percentuais da receita da União, estados e municípios ao desenvolvimento do ensino.

Projeto do livro gratuito para o ensino médio vai à Câmara

Autor da proposta, Geraldo Cândido diz que mais de 80% dos alunos têm dificuldade para acompanhar o processo de aprendizagem

De iniciativa do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), foi aprovado pelo Senado e enviado à Câmara projeto de lei estabelecendo a gratuidade progressiva dos livros didáticos para os alunos da rede pública de ensino médio. Ao propor a idéia, Cândido argumentou que entre os impedimentos para o aluno de ensino médio concluir os estudos estão a evasão escolar e a reprovação, mas também a dificuldade de adquirir material escolar, em consequência do seu preço elevado.

— Diretores de colégios estaduais e municipais de todo o país nos dão conta da dramática realidade, identificando que mais de 80% dos alunos do ensino médio não possuem livros didáticos por não terem condições de comprá-los, dificultando em muito o



Geraldo Cândido registra que a intenção é garantir o pleno desenvolvimento dos estudantes

processo de aprendizagem — argumentou o senador em defesa do projeto.

Aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Educação, a iniciativa agora aguarda deliberação dos deputados. Em defesa da gratuidade do livro no ensino médio, Geraldo Cândido também afirmou que, no turno da noite, o percentual de alunos com dificuldade de adquirir livros pode chegar até a 95%.

Ele reconheceu que a Constituição brasileira tem vários preceitos para garantir a universalidade do ensino, daí por que seu projeto, que estende um direito já garantido no ensino fundamental, se integra ao objetivo de garantir o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.



Mauro Miranda afirma que Batista Custódio ajudou a construir a história de Goiás

Mauro exalta Diário da Manhã pelos 20 anos

Os 20 anos do *Diário da Manhã*, transcorridos no dia 12 de março, foram comemorados em discurso do senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Para o parlamentar, todo o êxito do periódico deve ser creditado ao jornalista Batista Custódio, "um profissional completo que fez escola", com vários discípulos espalhados pelas redações de jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro.

— Erudito e brilhante na profundidade do conhecimento histórico e literário, repórter por excelência na garra com que persegue a informação, polêmico e guerreiro no combate aos poderosos, Batista Custódio é o líder carismático de uma equipe de jornalistas que é lida diariamente com avidez por todos os segmentos da opinião pública de meu estado — afirmou Mauro Miranda.

O senador recordou a história do *Diário*, sucessor do semanário *Cinco de Março*, também comandado por Batista Custódio. Para o parlamentar, o jornalista "é o comandante dessas duas histórias e foi ele quem fez, com suas equipes, a simbiose entre o romantismo de ontem e a modernidade de hoje".

— Ator e testemunha, ele ajudou a construir a história política e administrativa dos últimos 40 anos no meu estado, mostrando a verdade, atacando os desmandos, combatendo a corrupção, mas também apoiando as ações de governo que correspondessem às expectativas da sociedade — disse.

De acordo com Mauro Miranda, o *Diário da Manhã* tem "um indiscutível patrimônio de credibilidade", com páginas que "refletem a coragem, a veemência e o destemor do chefe, quando a rotina da vida pública é interrompida por algum ato de patifaria dos governantes". Para o senador, todos os cidadãos goianos se sentem representados nas páginas do jornal, acrescentando que o matutino é "um autêntico portavoz das aspirações do estado e do povo de Goiás".

Marluce propõe estímulo à divulgação de fotos de crianças desaparecidas

Aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, foi enviado à Câmara dos Deputados projeto da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que dá incentivo fiscal aos meios de comunicação social e de transportes, assim como às empresas que trabalhem com grande público, que publicarem fotografias, com identificação e número telefônico, de crianças desaparecidas ou seqüestradas. A senadora defendeu a proposta lembrando "o número alarmante dessas vítimas inocentes de interesses inescrupulosos e de acidentes da vida".

Marluce Pinto reconheceu que seu projeto traz providências já constantes de outro projeto, vetado em 1990

pelo governo, que, na época, argumentou estarem essas providências já previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ela observou, contudo, que um conjunto articulado de ações governamentais jamais será suficiente "quando se trata de envidar todos os meios de localizar filhos desaparecidos".

Em defesa do projeto, que agora aguarda deliberação dos deputados, a senadora também sustenta que a sociedade brasileira está mais madura e consciente da necessidade de ampliação dos meios de buscar e restituir essas crianças a seus pais. O projeto de Marluce Pinto contempla, ainda, para os benefícios desse incentivo fiscal, as empresas que publicarem as fotografias de crianças desaparecidas em suas embalagens.



Marluce Pinto observa que há um número alarmante de crianças desaparecidas

Proposta amplia uso do FGTS no financiamento da casa própria

A Câmara dos Deputados deverá apreciar projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que permite a utilização do FGTS na compra de casa própria em qualquer sistema de financiamento habitacional. A proposta já foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e enviada àquela Casa legislativa.

Para se candidatar ao financiamento, o trabalhador terá que atender apenas duas exigências: não pode ser proprietário de outro imóvel e deve observar as condições estabelecidas pelo

Conselho Curador do FGTS.

Da mesma forma, foi encaminhado à deliberação dos deputados projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que exclui do salário de contribuição para a Previdência Social os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação. O senador afirma ser necessário corrigir essa distorção, visto que a maioria dos beneficiários desses salários detêm baixa renda, além do que o montante arrecadado nisso pela Previdência Social não tem grande significado.



Patrocínio entende que só não deve ter acesso ao financiamento quem já é proprietário de imóvel

Bezerra critica portaria da ANP que beneficia distribuidoras

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) criticou a portaria da Agência Nacional do Petróleo (ANP) que permite às empresas distribuidoras de petróleo se tornarem proprietárias de postos de revenda de combustíveis. O senador fez um apelo para que o Congresso busque formas de rever a permissão.



Carlos Bezerra considera portaria nova a pequenas empresas e trabalhadores

— A portaria em questão encontra-se, por ora, em aberto, para a recepção de sugestões, fato que devemos aproveitar para bloquear essa idéia nefasta ao interesse de um número grande de pequenos empresários e de trabalhadores — afirmou.

Bezerra informou que a receita bruta operacional anual dos postos de serviços no Brasil é estimada em um total de R\$ 3 bilhões, enquanto apenas o lucro anual das distribuidoras é de cerca de R\$ 1 bilhão. Além disso, prosseguiu, as estatísticas oficiais indicam que as distribuidoras tiveram, desde o início do Plano Real, um reajuste de 128%, no valor de sua participação no preço dos combustíveis, ao passo que os revendedores receberam reajuste no valor de sua participação de apenas 19%.

De acordo com o senador, permitir que as distribuidoras — sobretudo as gigantes como Shell, Esso, ou a pró-

pria BR — sejam proprietárias de postos de serviços constitui séria ameaça de verticalização da indústria, processo pelo qual todas as etapas do percurso de um produto, desde a lavra — no caso de um produto de origem mineral, como o petróleo — até sua venda ao consumidor final, sejam integralmente dominadas por uma única em-

presa ou por poucas empresas.

Bezerra disse que, na hipótese de a portaria vir a ser aprovada, ninguém pode duvidar que as grandes companhias distribuidoras concentrarão seus postos de serviço nos locais mais rentáveis, deslocando do mercado as pequenas empresas, por meio de expedientes como o *dumping*, ou confinando-as aos mercados periféricos.

A principal justificativa da ANP para editar essa portaria é que a entrada das distribuidoras no mercado de revenda propiciaria maior concorrência e redução de preços, favorecendo o consumidor. Segundo o senador, a justificativa não encontra sustentação na experiência internacional.

— Na Argentina, após medida semelhante à que está sendo proposta pela ANP, o preço do litro de gasolina comum mais que duplicou — garantiu Carlos Bezerra.

Eduardo elogia novo rumo para a política energética

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) elogiou iniciativas do Ministério de Minas e Energia, dentre elas o programa de construção, até o ano 2003, de cerca de 80 usinas de aproveitamento de fontes alternativas de produção de energia, e o aproveitamento de recursos naturais dos rios da Amazônia.



Eduardo Siqueira Campos destaca construção de usinas no Tocantins

Segundo o senador, as grandes reservas de energia hídrica do país estão esgotadas em sua maior parte e é necessário dar um novo rumo à política energética. Essa política, explicou, será baseada no aproveitamento de energias de outras fontes, como o carvão, o xisto e o gás natural, além do aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia.

Eduardo disse que o programa deve ser implementado através da estratégia de privatização de concessões, de modo que os investimentos provenham da iniciativa privada, superando a fase dos investimentos governamentais,

provenientes de recursos públicos.

Ele citou a Companhia Hidrelétrica do Tocantins, que assumiu a tarefa de produzir energia para o estado e foi entregue à iniciativa privada. Essa usina, informou, ficará pronta no prazo de três anos depois de sua concessão, contra um prazo médio superior a cinco anos para usinas

de igual porte construídas pela União. A Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, em Lajeado (TO), que produzirá em torno de 1 milhão de quilowatts, também citada pelo senador, deverá funcionar a partir de setembro de 2001.

Também o ato do presidente da República que aprovou o cronograma de leilão para 16 aproveitamentos hidrelétricos, dos quais 70% no estado do Tocantins, proporcionará um acréscimo de 6,4 milhões de quilowatts ao sistema energético do país, acrescentou.



Comissão de Orçamento tem três reuniões convocadas para esta semana

Comissão inicia amanhã votação do Orçamento

Presidente da CMO, senador Gilberto Mestrinho, espera concluir os trabalhos ainda nesta semana. PPA será apreciado em abril

Os 168 deputados e senadores integrantes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização começam a apreciar amanhã, às 17h, o relatório final do projeto de Orçamento da União para este ano, apresentado pelo deputado Carlos Melles (PFL-MG). O presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), pretende votar o documento ainda nesta semana e, para isso, convocou outras duas reuniões, na quarta e na quinta-feira, às 10h.

De pois dessa votação, o projeto orçamentário será apreciado pelo Senado e pela Câmara em sessão conjunta do Congresso Nacional. Carlos Melles acredita que a proposta não enfrentará oposição significativa dos parlamentares, pois seu parecer “foi elaborado de forma democrática”, além de ter elevado o total de recursos destinados aos estados, comparando-se com a média dos orçamentos dos últimos cinco anos.

Melles apresentou um substitutivo ao projeto enviado pelo governo incorporando emendas apresentadas pelos deputados e senadores e beneficiando milhares de projetos e programas espalhados por todo o país. O relator-geral corrigiu ainda a previsão de receitas da União para este ano em 3,29% e, com isso, a previsão de arrecadação passou de R\$ 229,2 bilhões para R\$ 236,7 bilhões. As despesas também subiram, passando de R\$ 200,7 bilhões para R\$ 207,4 bilhões.

PPA QUASE PRONTO

Após a votação do Orçamento deste ano, a comissão começará a discussão do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) 2000/2003. Os relatores setoriais estão quase terminando seus trabalhos, que devem ser apresentados aos deputados e senadores no próximo mês. Assim que receber os relatórios setoriais, o relator-geral do PPA, deputado Renato Vianna (PMDB-SC), consolidará tudo em apenas um

documento.

Chamado pelo governo de programa Avança Brasil, o PPA prevê que será gasto, deste ano até 2003, R\$ 1,113 trilhão, sendo R\$ 741,6 bilhões oriundos de receitas fiscais e da seguridade e mais R\$ 117,5 bilhões das empresas estatais. O plano lista 365 programas que receberão investimentos, a maior parte projetos de desenvolvimento social e de infra-estrutura.

O PPA trabalha com números positivos para a economia nos próximos

anos. Além de crescimento da arrecadação tributária, prevê queda gradual da inflação no país, que ficaria em 6,07% neste ano; 4,3% em 2001; 3,4% em 2002; e 2,9% em 2003. Pelas previsões do governo contidas no PPA, o crescimento do país ficará em 4% neste ano, em 4,5% em 2001 e 5% nos dois anos seguintes. O emprego, por sua vez, deverá apresentar um crescimento médio de 2,7% ao ano, prevendo-se a geração de 8,5 milhões de novos postos de trabalho nos quatro anos.

Proposta suporta salário mínimo de até R\$ 145,00

O relator-geral do Orçamento da União para o ano 2000, deputado Carlos Melles (PFL-MG), afirmou que o Orçamento só pode sustentar um salário mínimo de até R\$ 145,00 (o valor atual é de R\$ 136,00). Para elevar o salário mínimo acima desse valor, acrescentou, o governo terá que apontar novas fontes de receita. A declaração de Melles foi feita durante entrevista coletiva à imprensa, concedida na sexta-feira, para explicar as principais modificações que apresentou em seu substitutivo à proposta orçamentária do Executivo para este ano.

A maior novidade proposta por Melles consiste na elevação dos investimentos federais de R\$ 6,7 bilhões para R\$ 11,6 bilhões — um crescimento de R\$ 4,9 bilhões —, o que representa um acréscimo de 46% em relação ao valor autorizado no Orçamento do ano passado e de 71% em relação à proposta do Executivo. Essa alteração deveu-se, basicamente, à correção dos índices de inflação projetados pelo governo para o segundo semestre do ano passado — o governo estimou em 6% e a inflação chegou a 11,3%, o que deve se refletir em aumento da arrecadação —, informou.

Ele observou também que todos os indicadores demonstram que a economia está em crescimento, considerando que deverá haver uma diminuição da atual taxa média de juros de cerca de 18% para 13,5% e um superávit de R\$ 28,5 bilhões nas contas federais.

A quase totalidade dos investimentos orçamentários, segundo o deputado, irá para as áreas de infra-estrutura, e a região Nordeste será a mais beneficiada, pois receberá R\$ 1,25 bilhão do total de R\$ 4,9 bilhões previstos a mais no Orçamento. A área de saúde teve seus valores ampliados de R\$ 740 milhões para R\$ 1,37 bilhão. O setor de educação receberá R\$ 464 milhões — em vez dos R\$ 340 milhões propostos pelo governo — e a habitação saltou de R\$ 136,9 milhões para R\$ 422 milhões, conforme o relator.

Foram elevados ainda os investimentos em transportes, que pularam de R\$ 2,06 bilhões para R\$ 3,61 bilhões, e agricultura, que passaram de R\$ 408 milhões para R\$ 741 milhões. Carlos Melles disse ainda que atendeu a 25% do total de emendas sugeridas pelos parlamentares, privilegiando as emendas coletivas feitas pelas comissões.

Simon cobra explicação sobre números divergentes na dívida do BFC com BNDES

Senador alerta para diferença de R\$ 50 milhões nos dados relativos ao débito do banco que teve em sua diretoria o atual presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Em dezembro de 1995, a dívida estimada do BFC com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) era de R\$ 66,6 milhões, conforme matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo* por Chico Santos, ou de R\$ 115,7 milhões, como informou o Banco Central ao Senado em relatório encaminhado à CPI do Sistema Financeiro? A dívida foi levantada na sexta-feira pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), para quem a divergência entre os números "é muito grave", já que um dos ex-diretores do BFC, Francisco Gros, responde hoje pela presidência do BNDES.

Para dirimir a dúvida, o senador enviou carta ao jornalista salientando a discrepância e enfatizando que ela é grave não apenas porque "teriam sumido" cerca de R\$ 50 milhões,

mas porque a diferença coloca em questão "o grau de confiabilidade dos documentos oficiais produzidos pelo Banco Central". Para Simon, a incompatibilidade de informações é inaceitável "no exercício das funções públicas de controle e fiscalização, seja pelo Banco Central, seja pelo Congresso Nacional no desempenho de suas atividades constitucionais".

O fato levou o senador a reiterar a importância de seu projeto estabelecendo uma "quarentena" para evitar a livre circulação de pessoas entre instituições financeiras públicas e privadas. Simon manifestou grande respeito por Armínio Fraga, apesar de ter criticado asperamente o fato de ele haver saído diretamente da administração de um fundo de investimento do megainvestidor George Soros para

a presidência do Banco Central. De qualquer forma, o senador não considerava saudável essa livre circulação entre os setores público e privado.

Lúdio Coelho (PSDB-MS), ao contrário, afirmou que considera positivo o fato de o governo Fernando Henrique Cardoso ter "tomado uma direção mais adequada a um regime capitalista, constituindo seu ministério com pessoas mais experientes na vida comercial". O ministro do primeiro mandato presidencial, acrescentou, caracterizou-se pela predominância de "burocratas e intelectuais sem experiência administrativa". Simon replicou dizendo que a quarentena foi prática introduzida exatamente pelos países capitalistas mais desenvolvidos, especialmente para presidentes de bancos centrais.



Pedro Simon observa que a divergência entre os números divulgados "é muito grave"

Estevão propõe mudar exigências para concessão de bolsa a carente

De autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), o projeto que iguala às exigências do crédito educativo os critérios para a aferição da carência de estudantes beneficiados com bolsas de estudos será examinado agora pela Câmara. Aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, a proposição visa alterar a Lei 9.732/98, a qual fixa exigências para que as entidades educacionais sem fins lucrativos gozem de isenção previdenciária.

Ao defender a aprovação da matéria, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) argumentou que milhares de estudantes carentes estão sendo prejudicados pela lei, pois a maioria das bolsas oferecidas pelas instituições educacionais sem fins lucrativos são parciais. Em sua opinião, a lei está prejudicando tanto instituições de ensino quanto alunos carentes, visto que a interpretação dada pelo governo não está permitindo o abatimento, no valor da contribuição previdenciária, das bolsas de estudo concedidas a esses estudantes.



Estevão quer evitar prejuízos para carentes

Jucá vê emancipação da mulher como um marco na sociedade

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que as mudanças relacionadas às conquistas de direitos iguais pelas mulheres representam, atualmente, uma referência fundamental para o movimento social. "A mulher representa, hoje, uma referência fundamental de um movimento social de importância transcendente, capaz de introduzir mudanças de enorme magnitude no conjunto das sociedades modernas", observou. As declarações do senador foram feitas em discurso para homenagear o Dia Internacional da Mulher, ocorrido no último dia 8.

Para o senador, nenhum movimento social do século XX teve maior relevância do que o movimento que produziu a emancipação das mulheres. No Brasil, ao longo das décadas, a mulher vem-se destacando em várias áreas, o perfil da família brasileira alterou-se e a mulher passou a ter maior participação no mercado de trabalho e no meio político, afirmou.

Disse ainda que as alterações no mundo de trabalho foram de-

cisivas, pois as mulheres representam, atualmente, 40% da população economicamente ativa (PEA). Essa emancipação, observou, ocorreu pela necessidade de sobrevivência das famílias, a partir do processo inflacionário da década de 70, quando as mulheres decidiram ir à luta, garantir o próprio sustento e reforçar o orçamento familiar.

Segundo Jucá, existem fatores que contribuíram para a ampliação da presença da mulher no mercado de trabalho, como a promulgação da Constituição de 1988, seus efeitos sobre a legislação trabalhista e o

avanco da escolarização feminina. O senador afirmou que 29% das mulheres têm ensino médio, um índice que supera o dos homens, situado em apenas 20%.

O avanço da participação feminina nas instituições políticas e no Poder Judiciário é verificado pelo crescimento do número de prefeitas, deputadas e senadoras no Brasil. Na Câmara Federal, informou, elas representam 5,4% dos membros da Casa e, no Senado, estão presentes seis representantes dos estados.



Romero Jucá afirma que necessidade de sobrevivência apressou emancipação

Maria do Carmo reivindica oportunidades e salários iguais

Ao registrar a passagem do Dia Internacional da Mulher, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) convidou à reflexão sobre as desigualdades que ainda permanecem entre o trabalho masculino e feminino no mundo moderno. Ela defendeu a parceria e a colaboração entre homens e mulheres, de forma que novos métodos de trabalho e diferentes participações na política "conduzam a uma sociedade mais justa e equânime, com oportunidades de trabalho e salários iguais".

Embora as mulheres tenham sido beneficiadas, no Tratado de Versalhes, de 1919, com uma cláusula que recomendava salário igual para igual trabalho, sem distinção de sexo, a senadora observou que a mulher ainda sofre com a discriminação salarial. Ela lembrou que no Brasil a mulher recebe vencimentos, em média, 30% menores que os homens. "Essa é uma discriminação a ser vencida", afirmou.

Maria do Carmo disse que o feminismo convenceu o mundo de que a mulher é tão capaz quanto o homem no campo profissional. A presença da mulher nas instituições políticas, afirmou, "tem o dom de feminizar o trabalho". Para a sena-

dora, o poder de comunicação da mulher, seu sentido de dever e sua visão singular da realidade dão-lhe uma visão humanística da política. A senadora lamentou, no entanto, que ainda seja pequena a participação da mulher na política.

As mulheres ocupam, em média, 10% dos lugares nos parlamentos e 6% das posições nos ministérios, informou a senadora. No Brasil, onde 47,9% do eleitorado é constituído por mulheres, elas representam 9% do Congresso, sendo 33 deputadas e seis senadoras.

Mesmo assim, muitas mulheres conseguiram se destacar nessa área, lembrou Maria do Carmo, citando Margaret Thatcher, Indira Gandhi, Benazir Bhutto, Golda Meir e Violeta Chamorro, entre outras. No Brasil, a senadora destacou a figura da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, de seu partido, que, segundo ela, poderá ser levada à Presidência da República.

Maria do Carmo disse que um feminismo mais feminino está se implantando em todo o mundo moderno, com a mulher assumindo corajosamente o seu papel em todas as fases de sua vida e da vida do país.



Maria do Carmo lembra que as mulheres recebem salários 30% menores que os dos homens

Pestalozzi poderá ter renda de um teste da Loteria Esportiva

O projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que destina à Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi a renda líquida de um teste da Loteria Esportiva Federal, a cada ano, será analisado agora pela Câmara dos Deputados. A proposta foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado.

A CAS aprovou ainda em caráter terminativo, e enviou à Câmara, dois projetos do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre remédios gratuitos. O primeiro determina que os medicamentos distribuídos no âmbito das ações e serviços de saúde dos órgãos do poder público carregarão o aviso "Distribuição Gratuita" em seus rótulos e embalagens. O segundo estabelece que o Sistema Único de Saúde utilizará exclusivamente os medicamentos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename).



Moreira é autor do projeto enviado à Câmara

Programa mostra Brasília muito além da política

A TV Senado estreou no último final de semana o programa *Revista Brasília*. Mostrar a capital de um novo ângulo, onde a política exerce papel coadjuvante, é uma das propostas. O programa quer provar que existe vida fora do Congresso, da Esplanada dos Ministérios e das rodas do debate político.

A primeira edição, com uma hora de duração, mostrou a capital além da política, descartando a idéia que muitos brasileiros têm de que a cidade é meramente administrativa. *Revista Brasília* vai ao ar todos os sábados, às 17h, com reapresentação aos domingos, no mesmo horário. O programa é apresentado por Natália de Oliveira, Aline Maccari e André Luis Rego.

Música, lazer, arte e saúde fazem

parte do novo programa da TV Senado. Em descontraídas entrevistas e dinâmicas reportagens, o espectador acompanhou gente famosa que vem a Brasília, bate-papos com pioneiros e candangos que fazem da cidade um lugar cheio de histórias para contar, como o artista plástico e pioneiro Athos Bulcão falando da parceria dele com o arquiteto Oscar Niemeyer.

Revista Brasília mostrou ainda a trajetória da banda de rock Capital Inicial e apresentou o Nação Pernambuco, restaurante que já virou ponto de encontro para quem tem saudades do Nordeste. O programa falou também da cardiopoeira, nova modalidade esportiva criada pela campeã mundial de caratê Carla Ribeiro.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h — *Debate*: O senador José Fogaça e o coordenador do Festival de Gramado, Esdras Rubim, falam sobre os festivais de cinema no Brasil
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Cores do Brasil*: Marajó
3h30 — *Entrevista*: O senador Pedro Piva fala sobre a rolagem da dívida de São Paulo
4h — *Jornal do Senado*
4h30 — *Unip*: Beleza da pele
5h — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Betim
5h30 — *Cores do Brasil*: Interior do Amazonas
6h — *Unip*: Beleza da pele
6h30 — *Debate*: O senador José Fogaça e o coordenador do Festival de Gramado, Esdras Rubim, falam sobre os festivais de cinema no Brasil
7h30 — *Entrevista*: O senador Pedro Piva fala sobre a rolagem da dívida de São Paulo
8h — *Cores do Brasil*: Turismo em Marajó
8h30 — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Betim
9h — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas
9h30 — *Entrevista*: A senadora Marina Silva fala sobre o Projeto Florestania
10h — Comissão de Fiscalização e Controle (reapresentação)
13h — *Cores do Brasil*: Turismo em Ilhéus
13h30 — *Debate*: O senador José Fogaça e o coordenador do Festival de Gramado, Esdras Rubim,

falam sobre os festivais de cinema no Brasil
14h30 — Sessão Plenário (vivo)
18h30 — *Entrevista*: A senadora Marina Silva fala sobre o Projeto Florestania
19h30 — *Debate*: O senador José Fogaça e o coordenador do Festival de Gramado, Esdras Rubim, falam sobre os festivais de cinema no Brasil
20h30 — *Entrevista*: O senador Pedro Piva fala sobre a rolagem da dívida de São Paulo
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenário (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise) Em seguida — Música e informação

Leomar Quintanilha é contra moratória para transgênicos

Senador antecipa que dará, na CAS, parecer favorável a projetos que instituem rótulos para produtos geneticamente modificados

Pedido de moratória por cinco anos para os produtos transgênicos foi contestado na sexta-feira pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que é o relator de projeto neste sentido na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ele argumenta que o Brasil já conta com organismos eficientes na área da fiscalização sanitária, capazes de acompanhar os efeitos dos alimentos geneticamente modificados sobre as pessoas e o meio ambiente.

A exemplo do seminário que a CAS realizou sobre esse assunto ano passado, ele disse que as pesquisas e estudos continuam sendo feitas nos Estados Unidos e na Europa. “No entanto — assegurou —, ainda não se chegou a nenhuma conclusão defini-

tiva sobre o assunto.”

Por isso, Quintanilha antecipa que dará parecer favorável aos projetos dos senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Romero Jucá (PSDB-RR), que também estão tramitando na CAS, propondo a rotulagem dos produtos geneticamente modificados, para que possam ser identificados pelos consumidores. O parecer será votado na reunião da CAS de quarta-feira, às 9h.

De acordo com Quintanilha, é preciso que se esclareça que as bactérias responsáveis pelas mudanças genéticas nos chamados transgênicos fa-



Leomar Quintanilha: pesquisas avançam nos EUA e na Europa

zem parte da atmosfera e já são conhecidas pelos cientistas. Para ele, o importante é que o consumidor tenha o direito de escolha entre o produto convencional e o transgênico.

A produção dos transgênicos também poderá se tornar uma importante aliada, segundo o senador. Caso as pesquisas concluem que os temores

manifestados, principalmente nos países europeus, são desnecessários, esses produtos terão grande importância tanto para combater a fome e o desemprego no Brasil quanto na exportação de alimentos.

Ademir pede ação contra grilagem de terras

Preocupado com denúncias sobre irregularidades que envolvem a propriedade de terras no Pará, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou, na última quinta-feira, requerimento de informações ao ministro de Política Fundiária e Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, solicitando esclarecimentos e pedindo urgente ação governamental no sentido de coibir esse “processo de corrupção”.

De acordo com o parlamentar, “há suspeita de que vários cartórios de registro de imóveis na região estejam envolvidos, além de membros do Poder Judiciário do Pará”. Ademir destacou reportagem veiculada



Ademir suspeita do envolvimento de cartórios da região

pela revista *Veja* desta semana, denunciando um “fantasma” com o nome de Carlos Medeiros, que seria proprietário de quase 120 mil quilômetros quadrados de terras no Pará, área equivalente à soma de Portugal e Bélgica.

— A reportagem faz um vínculo com o advogado Flávio Augusto Titan Viegas, que se apresenta como procurador desse Carlos Medeiros e, por via de procuração, realiza todas as transações comerciais referentes a imóveis, no nome do fantasma — acrescentou o senador.

Na avaliação de Ademir Andrade, “basta um olhar mais detalhado so-

bre o assunto para se verificar que o cerne da questão são os registros cartorários de imóveis, em que grileiros e o poder público, através de pessoas inescrupulosas, utilizam-se do sistema falho de registro público de imóveis”. Ademir pediu solução para o problema, que está na base de diversos casos de irregularidades com o registro de propriedade de terras no Pará e no Amazonas, “para se evitar esse tipo de atividade ilícita”.

O senador lembrou que o recente relatório da CPI do Judiciário, realizada no Senado, também tocou no problema. E acrescentou o caso da construtora paraense CR Almeida como outro exemplo de irregularidade, já que a empresa diz possuir 7 milhões de hectares de terras no Pará, inclusive abrangendo áreas indígenas.

Viana quer percentual mínimo para saúde

Em discurso feito na sexta-feira da tribuna do Plenário, o senador Tião Viana (PT-AC) pediu a aprovação imediata, pelo Senado Federal, da proposta de emenda constitucional que define percentuais mínimos de recursos para serem aplicados na área da saúde. O parlamentar leu artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* pela médica pediatra e coordenadora da Pastoral da Criança da Igreja Católica, Zilda Arns, intitulado “É só bater o martelo”.

Para o representante do Acre, o artigo da irmã do arcebispo emérito de São Paulo, cardeal dom Paulo Evaristo Arns, é “um verdadeiro libelo a favor da saúde do povo brasileiro e das minorias que não têm acesso ao serviço público, como também de uma imensidão de profissionais que gostariam de trabalhar em condições

mais adequadas”.

De acordo com o artigo lido pelo senador, a proposta define um índice mínimo de 7% das receitas estaduais e municipais para serem aplicados no setor de saúde. Esse percentual seria gradativamente ampliado, nos próximos cinco anos, para 15%. A proposta também acresce 5% no valor total do orçamento do Ministério da Saúde para o próximo ano, o que, segundo a líder da Pastoral, mal compensariam a inflação do ano passado.

O parlamentar afirmou que alguns estados chegam a gastar menos de 2% de suas receitas com o setor. Ressaltou, no entanto, que o Acre e o Rio



Tião Viana: alguns estados gastam menos de 2% com saúde

Grande do Sul gastam mais de 10% do que arrecadam com a saúde.

O artigo lembra que a matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados com apenas quatro votos contrários. E destaca que 120 milhões de brasileiros dependem do Sistema Único de Saúde (SUS), “o mais eficiente plano de saúde no país”, segundo Zilda Arns.

A médica registra ainda que, embora o atendimento à saúde seja considerado o segundo maior problema para 37% da população — perde apenas para o desemprego —, 78% dos atendidos pelo SUS classificam seu atendimento como bom e ótimo.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Jefferson critica "lei da mordação" e manutenção do nepotismo

Para senador, Câmara dos Deputados errou ao derrubar a proibição de contratar parentes e aprovar a restrição à divulgação de processos

A Câmara dos Deputados cometeu "um duplo erro" na semana passada, ao derrubar emenda à reforma do Judiciário que proibia o nepotismo no serviço público e ao aprovar a chamada "lei da mordação", que impede a divulgação pela Justiça de processos em andamento. A opinião é do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que, em discurso no Plenário na sexta-feira, fez um apelo para que o Senado vote de forma diferente as duas matérias.

Ao esclarecer que não sofre de "falso moralismo" na questão de contratação de parentes por pessoas que exercem o poder público, o senador disse que o problema é a exceção virar regra no Brasil, o que torna necessário coibir abusos. Ele isentou o Senado, pelo fato de este já ter aprovado duas propostas, arquivadas pela Câmara, proibindo a prática do nepotismo em todos os níveis.

Já sobre a "lei da mordação", Jefferson disse que a Câmara praticou uma violência contra o direito à informação. Para ele, a medida instala uma censura prévia, criando situações que constroem os juízes, além de não funcionar na prática. Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou constrangedora a aprovação das duas matérias, observando que "é cruel" admitir o nepotismo em um país como o Brasil. Sobre a proibição de notícias de processos em andamento, Simon lembrou que no regime militar a censura era total, "mas eles não tiveram a coragem de calar juízes".



Jefferson: "lei da mordação" é uma violência contra o direito à informação

MÍNIMO
Jefferson Péres afirmou que, apesar de ser da oposição, reconhece o acerto do governo em defender um aumento do salário mínimo que não provoque o desequilíbrio das contas públicas. Para o senador, o mínimo deve ser elevado, mas as fontes de custeio terão de ser apontadas, "para não se cair em irresponsabilidade". Jefferson observou que uma parte dos recursos necessários para o reajuste do mínimo poderia vir da renúncia às emendas individuais dos parlamentares ao Orçamento deste ano. Comentou, no entanto, que "ninguém quer abrir mão disso".

ca durante o governo José Sarney para conseguir asfaltar esse trecho de 500 quilômetros da rodovia BR-364. "Sarney conseguiu verbas do Banco Mundial, mas precisou derrotar um lobby poderoso dos ambientalistas denunciando que a obra iria devastar a floresta e dizimar áreas indígenas", contou. Somente no governo Collor, quando Edmundo Pinto era governador do Acre, foi possível inaugurar a estrada asfaltada, acrescentou.

Ao concluir, Nabor fez um apelo à Câmara dos Deputados para a aprovação rápida do projeto. — A pavimentação da rodovia foi fundamental para dinamizar a economia do Acre, que ficava isolado durante a estação chuvosa, com todo o seu comércio sendo feito apenas por hidrovias. O governador Edmundo Pinto, ao lado de tantas outras lideranças, trabalhou ativamente pelo projeto — disse.

Nabor destaca homenagem a ex-governador do Acre

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) congratulou a Comissão de Educação do Senado pela aprovação definitiva de seu projeto dando o nome do ex-governador do Acre, Edmundo Pinto, ao trecho da rodovia BR-364 que liga Porto Velho (RO) a Rio Branco (AC). "Apesar de sempre ter sido seu adversário político, quis homenagear, em nome do povo acreano, um de seus políticos mais promissores, barbaramente assassinado num hotel em São Paulo, em 1992", disse.

Segundo Nabor, a polícia de São Paulo



Nabor quer denominar "Edmundo Pinto" um trecho da BR-364

ainda não elucidou devidamente o episódio do assassinato. "A conclusão de que houve latrocínio não satisfaz, porque havia muitos interesses ocultos", afirmou o senador, ao informar que Edmundo Pinto estava convocado pela CPI das Obras Públicas para depor no Senado e iria fazer revelações inéditas sobre o esquema PC Farias com relação a obras no estado, como o Canal da Maternidade e o projeto da estação de tratamento de águas.

Nabor lembrou, ainda, a luta política

Lúdio defende indicação de Teresa Grossi para o BC

A indicação de Teresa Grossi para ocupar a Diretoria de Fiscalização do Banco Central foi defendida pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS). Ele afirmou que Teresa Grossi "é uma funcionária de carreira das mais competentes e qualificadas" e disse não entender as razões de tantas críticas a seu nome.

— Estão fazendo tempestade em copo d'água. Diretor do Banco Central é cargo de confiança e Teresa Grossi já deu provas de que tem competência para exercer as funções — observou o senador, lembrando que a desvalorização do real, no ano passado, foi decisão de governo, não

do BC e muito menos de Teresa Grossi.

Lúdio criticou o que chamou de "equivocos" cometidos por setores administrativos do Banco Central, com destaque para a publicação dos resultados das contas do balanço de pagamentos. "É preciso maior atenção, porque pode prejudicar toda a economia", advertiu.



Lúdio Coelho diz que Teresa Grossi já deu provas de competência

Com relação à discussão em torno do novo salário mínimo, Lúdio ressaltou que a matéria é de responsabilidade do Poder Executivo. Na sua opinião, parlamentares estão pregando, "de forma demagógica", um aumento que não pode ser pago pelo governo. Ele entende que as autoridades monetárias têm em mãos todos os dados técnicos e irão anunciar ao país um novo mínimo dentro das possibilidades reais da economia.

Fogaça aponta critérios para rolagem da dívida de São Paulo

O relatório final da CPI dos Precatórios deve orientar os senadores na decisão que terão de tomar acerca da rolagem da dívida da prefeitura de São Paulo, defendeu na sexta-feira o senador José Fogaça (PMDB-RS).

Sem entrar no mérito das denúncias feitas pela ex-esposa do prefeito de São Paulo, Nicéa Camargo, Fogaça insistiu na necessidade de os senadores terem critérios objetivos para diferenciar, no volume de títulos públicos a serem refinanciados, aqueles que, emitidos para o pagamento de precatórios judiciais, foram destinados a outros fins. Estes são patentemente irregulares, pelos critérios da



Para Fogaça, relatório da CPI dos Precatórios deve orientar decisão

CPI, e deverão ter rolagem de 120 meses (dez anos), enquanto os títulos legais poderão ser rolados em 360 meses (30 anos). O critério já foi adotado em relação ao refinanciamento da dívida do governo do estado de São Paulo, enfatizou.

— A rejeição total desse refinanciamento seria injusta, porque entre os títulos emitidos pela prefeitura há muitos que o foram regularmente. É preciso separar o joio do trigo — reiterou.

As recomendações do relatório final da CPI dos Precatórios, incluída a Resolução nº 78, resultado da própria CPI, "devem conduzir todo o processo de análise desse refinanciamento negociado pelo Ministério da Fazenda com a prefeitura", insistiu.

Mozarildo quer BNDES atuando contra desequilíbrios regionais

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu na sexta-feira maiores incentivos para diminuir as desigualdades regionais. O ponto de partida de uma nova política de desenvolvimento regional seria, segundo ele, a redefinição do papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que aplica 80% dos seus recursos na região Sudeste.

A proposta de nova filosofia para o BNDES foi dividida pelo senador em três partes, que ele chamou de "teses". A primeira dessas teses, considerada fundamental por Mozarildo, é a de que o banco deve ter preocupação com o desenvolvimento equilibrado entre as regiões brasileiras. O papel mais relevante do BNDES deve ser o de agente do desenvolvimento harmônico entre as regiões, juntamente com os fundos constitucionais, o Ministério da Integração Nacional e os órgãos de desenvolvimento regional.

O senador disse discordar da visão, que chamou de "fatalista", do ex-presidente do BNDES Andrea Calabi, para quem a destinação dos recursos acompanha naturalmente a participação relativa de cada estado ou região no Produto Interno Bruto (PIB).

— Se o que se quer é alcançar, a partir de um desenvolvimento mais equilibrado, o aumento da participação percentual da economia das regiões mais pobres na economia nacional, deve-se destinar a essas regiões, proporcionalmen-

te, mais recursos do que a participação relativa dessas economias no PIB — disse Mozarildo.

A segunda tese apresentada pelo senador diz respeito à escolha das empresas beneficiadas por financiamentos do banco, que devem ser prioritariamente brasileiras. Ele definiu "empresa brasileira" como aquela constituída no Brasil segundo a legislação brasileira. Na opinião do senador, é inadmissível que recursos originários de impostos pagos por brasileiros e da poupança forçada do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) sejam gastos para financiar a entrada de capital estrangeiro no Brasil. "O capital estrangeiro é muito bem-vindo, mas que venha às suas próprias custas", afirmou.

Por último, o senador defendeu a idéia de que o BNDES não deve se limitar a financiar bons projetos, mas orientar e ensinar aos empresários brasileiros como formular bons projetos. Ele citou declarações de Calabi, para quem a carência de conhecimentos sobre a elaboração dos projetos impede, muitas vezes, a concessão dos financiamentos.

Em aparte, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) observou que em seu estado não se verifica a falta de recursos que o BNDES põe à disposição dos empresários por meio de seus agentes repassadores. Mozarildo respondeu a Lúdio Coelho dizendo que foi constatada e confirmada por Calabi a concentração dos recursos no Sudeste.



Mozarildo Cavalcanti discorda da visão "fatalista"